



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**LIBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAPÉ –PB:
PERCURSOS RUMO À INCLUSÃO?**

JOYCE TRAJANO SABINO

**JOÃO PESSOA
2018**

**LIBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAPÉ – PB:
PERCURSOS RUMO À INCLUSÃO**

JOYCE TRAJANO SABINO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de
Graduação em Pedagogia - Universidade
Federal da Paraíba como exigência
parcial para obtenção do título de
Licenciatura plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Fernanda Gomides

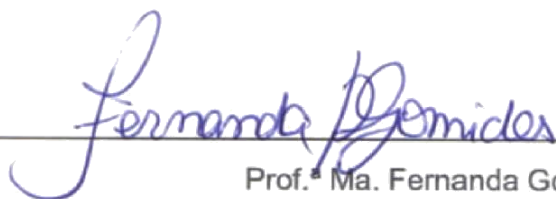
JOÃO PESSOA
2018

**LIBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAPÉ – PB:
PERCURSOS RUMO À INCLUSÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelo aluno JOYCE TRAJANO SABINO do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, tendo obtido o conceito de aprovada conforme a apreciação da banca examinadora.

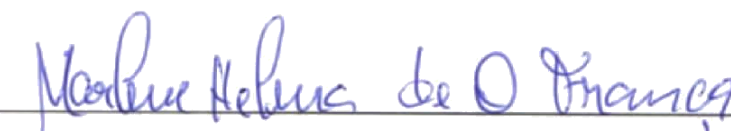
Aprovado em 19 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ma. Fernanda Gomides

Orientadora



Prof.ª Dr.ª Marlene Helena de Oliveira França



Prof.ª Dr.ª Edneia de Oliveira Alves

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S116l Sabino, Joyce Trajano.

LIBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAPÉ-PB: PERCURSOS
RUMO A INLCUSÃO? / Joyce Trajano Sabino. - João Pessoa,
2018.

39 f.

Orientação: Fernanda Gomides.

Monografia (Graduação) - UFPB/educação.

1. Libras. Inclusão. Educação. I. Gomides, Fernanda.
II. Título.

UFPB/BC

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus, por toda força que ele me concedeu no decorrer dos anos e, a minha família pelo apoio e intervenção em cada dia de estudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que na sua infinita bondade, me fez persistir para conseguir uma formação superior, um sentido para minha vida profissional.

Ao meu pai Joaquim, em especial a minha mãe Auxiliadora pelo incentivo, força e dedicação durante tantos anos.

Aos meus irmãos Jessica e Jonathan pelo apoio e caronas até o ponto do ônibus, e meus sobrinhos Isaac e Maria Isis.

As minhas filhas Maria Letícia, que em tantas noites ficou com alguém para que eu pudesse ir e vir a universidade, e à Ana Laura que chegou com o gostinho de conquista e com muito amor.

Ao meu esposo Ricardo, que por todas as nossas diferenças me fez perceber que a vida é muito além do que meus olhos podiam enxergar.

Aos meus sogros, Josefa e Manoel, que sempre se dispuseram em cuidar da minha filha para que essa conquista acontecesse.

Aos meus colegas que ocasionaram em amizades durante todo o curso.

Ao corpo docente da instituição e curso de graduação que contribuíram diretamente para construção de novos conhecimentos.

E, por fim, a Prof^a. Ms. Fernanda Gomides por todo apoio, dedicação e paciência para realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE LIBRAS NA EDUCAÇÃO	12
3 A INSERÇÃO DE LIBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAPÉ – PB ...	17
3.1 Escola A	18
3.2 Escola B	20
3.3 Escola C	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSTAS DE MELHORIAS NA UTILIZAÇÃO DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO	25

RESUMO

Por muito tempo as pessoas surdas eram vistas como pessoas amaldiçoadas e foram excluídas da sociedade. Nas últimas décadas as visões foram se modificando, inclusive o modo de comunicação das pessoas surdas. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por exemplo, foi reconhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Tratando-se de uma Língua visuoespacial, com movimentos realizados pelas mãos no espaço e compreendida pela visão, a LIBRAS se torna essencial para a expressão e educação dos surdos. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo geral compreender o modo como a LIBRAS é colocada em prática nas escolas públicas municipais de Sapé – PB. Como objetivos específicos definimos: analisar o contexto histórico e legal da LIBRAS na educação brasileira e paraibana; investigar o modo como as LIBRAS são praticadas nas escolas públicas municipais de Sapé – PB; e apontar possíveis ações para a maior e melhor inserção da LIBRAS na educação pública municipal de Sapé - PB. Trata-se de uma pesquisa descritiva em três escolas municipais de Sapé. O instrumento utilizado para coleta foi um questionário contendo questões norteadoras relativas ao objetivo da pesquisa. Após análise e discussão dos dados, evidenciamos o verdadeiro descaso com a questão surda pelos poderes públicos, bem como o longo caminho rumo a uma inclusão verdadeira da população surda a partir da LIBRAS na educação.

Palavras-Chave: Libras. Inclusão. Educação.

1 INTRODUÇÃO

"Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais".

(Peça de teatro: Vozes da Consciência - BH)

Assim como a frase acima, acreditamos que a LIBRAS – esse recurso tão importante – mais que isso, um componente para seres humanos que contribua na valorização da diferença, possibilitando maior inclusão. Desse modo, a escrita para o referido trabalho foi motivada pela participação em um curso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), no ano de 2012, ministrado na instituição Fundação de Apoio ao Deficiente (FUNAD) na cidade de João Pessoa – PB. O curso teve duração de 2 anos e nesse período pudemos perceber a necessidade dos surdos em relação à maior sensibilidade da sociedade no aprendizado da LIBRAS.

Legalmente, partindo do pressuposto da Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009 – que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial – todos os estudantes surdos da escola da rede pública ou privada obtêm o direito ao atendimento educacional. Todos os alunos surdos têm o direito e a oportunidade de aprender a LIBRAS, mas na prática muitos não sabem nem da existência de tal como a primeira língua (L1). Em consequência disso, acreditamos que a LIBRAS tem que ser uma disciplina incluída no dia a dia escolar, para que haja a comunicação entre as pessoas surdas e pessoas não-surdas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB), por exemplo, em seu capítulo V e art. 59 aborda que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB/BRASIL, 1996).

No entanto, as dificuldades encontradas para a prática do uso de LIBRAS nas escolas públicas são inúmeras, mesmo que já seja consenso a importância que é inserir essa língua nas salas de aula para garantir um ensino de qualidade para alunos surdos.

A partir desse panorama complexo, alguns questionamentos surgiram: Como acontece a inclusão educacional das pessoas surdas nas escolas? Como é realizado o atendimento especializado dessas pessoas? Qual a formação dos profissionais que fazem este tipo de atendimento? A Secretaria da Educação do município fornece formação continuada para estes profissionais?

Sendo assim, houve a necessidade de investigar se o atendimento educacional especializado para alunos surdos estava acontecendo nas escolas públicas municipais da cidade de Sapé – PB, local que pretendemos atuar futuramente como docente.

Portanto, essa investigação tem como objetivo geral compreender o modo como a LIBRAS é colocada em prática nas escolas públicas municipais desse município.

Os objetivos específicos desse trabalho, por sua vez, definem-se em: analisar o contexto histórico e legal da LIBRAS na educação, investigar o modo como a LIBRAS é praticada nas escolas públicas municipais de Sapé – PB e

apontar possíveis ações para a maior e melhor inserção da LIBRAS na educação pública municipal de Sapé – PB.

Para alcançar os objetivos descritos acima e alcançar as respostas para tais questionamentos, houve um levantamento de dados que partiu de: pesquisa descritiva e por conveniência, e observação e aplicação de questionário nas escolas municipais de Sapé – PB com profissionais e alunos que trabalham com este atendimento especializado.

A metodologia utilizada para a realização de tal procedimento, foi através de visitas presenciais às instituições de ensino e diálogos informais, não necessitando assim de autorização da secretária de educação do município. Os nomes destinados às escolas e aos entrevistados serão fictícios a fim de resguardar a integridade do local e das pessoas envolvidas.

Por fim, o presente trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo um, *A história e legislação vigente sobre LIBRAS na educação*, elaboramos uma breve explanação sobre o percurso na conquista de espaço que as pessoas surdas conseguiram na educação.

Já no capítulo dois, *A inserção da LIBRAS nas escolas municipais de Sapé-PB*, apresentamos um levantamento realizado nas seguintes escolas: A, B e C. As mesmas são escolas polos onde o atendimento é realizado no horário oposto ao que o aluno surdo estuda.

Finalmente, na conclusão do presente trabalho – denominada de *Considerações finais: propostas de melhorias na utilização da LIBRAS para a inclusão* – apresentamos, a partir dos resultados coletados e de propostas ocorridas em outros lugares, modos de melhorar o atendimento de alunos surdos a partir da LIBRAS.

2 A HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE LIBRAS NA EDUCAÇÃO

Duarte et al (2013), em seu texto *Aspectos históricos e socioculturais da população surda*, contribui intensamente para o balanço histórico da população surda que buscamos explicar. Segundo o estudo, os surdos sempre existiram na sociedade e em diferentes épocas. No entanto, a vida dos nossos antepassados sempre foi marcada pela busca por sobrevivência em grupos ou tribos no qual, o primordial, era possuir características físicas fortes. Ter uma saúde inabalável, desse modo, era uma das questões que garantiam vida para àqueles povos e qualquer pessoa que apresentasse algum resquício de deficiência, era comum a sua eliminação. Nesse caso, os surdos sofriam com esse modo de pensar e viver.

Em alguns períodos, como demonstra o estudo de Duarte et al (2013), os surdos eram vistos como “enviados” dos Deuses por viverem em silêncio e, segundo a crença, por se comunicarem com eles. Contudo, vale salientar, não tinham acesso à instrução e nem a uma vida social. Podemos afirmar que há na história altos e baixos para os surdos com forte influência religiosa, mítica, familiar e até mesmo no âmbito educacional.

Em outros períodos, os surdos também eram considerados como seres que nada sabiam e não deveriam receber nenhuma instrução para se tornarem cidadãos. Desse modo, àqueles que nasciam com a deficiência não podiam reivindicar nenhum direito social ou familiar. Ressaltamos, aqui, que o surdo que falasse – por adquirir a surdez depois de ser oralizado – não se enquadrava nessas regras.

Focando no aspecto educacional, segundo Rocha (2005) e Carvalho (2007) os primeiros relatos que envolveram um processo educativo formal para surdos foram modelos voltados aos filhos da nobreza por volta do século XVI. Surgem então os primeiros livros sobre educação de surdos escritos pelos padres e educadores espanhóis Juan Pablo Bonet (1573–1633) e Lorenzo Hervás Panduro (1735-1809). Bonet, em *Redução das letras e arte de ensinar*

a *falar os mudos* (1620), baseou-se na arte da articulação e do uso do alfabeto manual. Já Hervás escreveu *Escuela espanola de sordomudo* (1795), obra em dois volumes. Pedro de Castro, um médico espanhol que morreu em 1963, também se dedicou ativamente na instrução de um filho da nobreza, deixando relatos de que os surdos podiam ter transmissão de sons de outra maneira, sem que fosse apenas pelas orelhas.

Todavia, surge em 1750 um dos maiores responsáveis pela introdução da educação para os surdos, Charles Michel de l'Épée, que fundou a primeira escola para surdos chamada de Instituto para Surdos em Paris, apresentando um método de língua de sinais que havia aprendido com surdos de rua (PERELLO, TORTOSA, 1978).

Em 1878, aconteceu em Paris, o I Congresso Internacional de Educação de Surdos onde viabilizaram a aprovação de uma resolução no qual, eram considerados apenas a instrução oral como meio de convívio na sociedade, com isso o surdo seria instruído a aprender leitura labial (GHIRARDI, 1999).

Já em 1880, em Milão, aconteceu o II Congresso Internacional de Educação de Surdos, onde foram discutidos inúmeros assuntos para educação dos surdos, entre elas, a mais importante: qual língua seria usada pelos surdos. Chegaram a um acordo comum que só a língua do seu país, atribuída à língua de sinais, seria o suficiente para a instrução do surdo (PADDEN, HUMPRIES, 1996). Oito resoluções foram aprovadas neste congresso:

- 1) O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;
- (2) O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;
- (3) Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
- (4) O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo;
- (5) Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;

(6) Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática;

(7) A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo;

(8) Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém-admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral (CARVALHO, 2007, p.66-68).

Dessa forma, as oito resoluções integralizam as políticas públicas para a inclusão do surdo no âmbito educacional. Na incerteza de que isso daria certo, seguimos nas mudanças que acontecerão.

Metodologias favoráveis resultam na inclusão das pessoas surdas, profissionais da área devem desenvolver atividades específicas para atendimento dos alunos, a língua gestual é preferencial e por fim o profissional da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve atender no máximo 10 alunos ao mesmo tempo para um questionamento na sua prática.

Especialmente no Brasil, o legado de luta dos surdos começou por volta de 1855, quando Dom Pedro II trouxe um professor francês para cuidar da instrução dos surdos. Em 1857, foi fundada o Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos. Sendo assim, os surdos passaram a contar com uma escola especializada, surgindo a LIBRAS (GOLDFELD, 1997; SOARES, 1999).

Hoje no ano de 2018, podemos afirmar que em uma comunidade surda todos possuem as mesmas vivências e experiências visuais, e com uma língua visuoespacial é possível a interação entre eles com todos que dominem esse recurso. A Lei nacional de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, por exemplo, sancionou que a LIBRAS:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (BRASIL, 2002).

As leis acima asseguram o direito das pessoas surdas, de educação, de inclusão e de socialização. O sistema educacional brasileiro assegura o uso da formação continuada para profissionais da área da saúde e da educação, sabendo que, isso não acontece em nenhuma esfera da nossa legislação.

Logo após, a homologação de tais leis no ano de 2002, no ano de 2005, houve outro decreto que viabilizou algum progresso para a população surda. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que define o indivíduo surdo e a relevância da LIBRAS em seu Art. 2º:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais -Libras.

Além disso, o decreto legisla sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, afirmando que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Tal decreto ainda trata da formação docente, focando cursos específicos, bem como o uso e difusão da LIBRAS para inclusão na educação, assegurando que:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. [...]

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental.

Os artigos citados acima, como fruto de demandas sociais e debate entre sociedade e estado, demonstram aspectos essenciais para verdadeira inclusão. No entanto, essas demandas, na prática, não são observadas no país, e no município de Sapé também não é diferente. Desse modo, o resultado desse trabalho trouxe as problemáticas em assegurar direitos já resguardados em lei.

Portanto, devemos disseminar as particularidades dessa cultura surda e dessa habilidade comunicativa que é a LIBRAS, fazendo dessa causa luta social pela inclusão.

3 A INSERÇÃO DE LIBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAPÉ – PB

O atendimento especializado na cidade de Sapé- PB é realizado através de polos, que realizam o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais por área. Três escolas realizam este atendimento e a partir da Secretaria de Educação e a equipe pedagógica, alocam os alunos em cada um deles. Esse atendimento, vale mencionar, ocorre no horário oposto das instituições escolares.

A escola A, por exemplo, realiza este atendimento na própria escola. Já a escola B realiza este atendimento em uma sala específica em um dos CREI do município. A escola B, em especial, também realiza este atendimento em uma sala específica no CREI. Todas as professoras das salas de AEE trabalham 2 dias e meio. Nesse caso são duas manhãs e três tardes, ou três manhãs e três tardes. Os alunos que necessitam desse atendimento nesses horários são assim distribuídos por polos. As informações foram coletadas através de um questionário levando em consideração que os professores entrevistados são todos de sala de AEE.

De antemão, apresentamos as questões apresentadas no questionário. Tal questionário foi aplicado para professores e diretores das instituições de atendimento e implica nas seguintes perguntas:

Ocorre a inclusão educacional de estudantes surdos na escola?

Quanto são incluídos?

A utilização da LIBRAS é uma prática na instituição?

Existe um atendimento especializado para esses estudantes?

Qual a formação dos profissionais que participam desse atendimento?

A Secretaria de Educação do município fornece formação continuada para estes profissionais?

O que poderia melhorar para a utilização da LIBRAS na escola e inclusão desses estudantes?

O objetivo das perguntas acima foi, em um primeiro momento, confrontar as respostas de cada profissional sobre uma mesma escola vendo o ponto de vista e a realização do que a lei prevê para o atendimento de pessoas surdas nas escolas. Em um segundo momento, focamos se a inclusão acontece nas escolas, se os profissionais são capacitados para a realização do atendimento especializado e se a Secretaria de Educação promove formação continuada para estes profissionais. Sabemos da importância que é um profissional capacitado e interessado na sua área de atuação quando se fala de inclusão na educação. Para finalizar, consideramos de suma importância compreender qual a melhoria estes profissionais gostariam que ocorresse para se obter um resultado de atendimento educacional especializado verdadeiramente inclusivo.

A seguir apresentamos a análise dos questionários:

3.1 Escola A

A escola situa-se no bairro conjunto José Feliciano. A visita foi realizada no horário da tarde e quem nos recebeu foi a diretora Cristina. Ao identificar o objetivo da visita fomos encaminhados para a sala de AEE. Conversamos com a professora Cláudia que estava no momento com um atendimento especializado sendo realizado. Nos identificamos novamente e aplicamos o questionário, sentimos um pouco de receio da parte dela nas repostas e não ficou claro o motivo, mas acreditamos que por ser uma professora contratada tem certo receio de realmente relatar o que sente com a situação de como é realizado o atendimento com esses alunos, quais materiais são disponibilizados, sobre as formações continuadas, que a escola ou a sala de AEE oferece.

A estrutura física da escola é de porte pequena, poucas salas e poucos alunos. A sala de AEE possui cartazes com o alfabeto em LIBRAS, outros com o formato das letras em LIBRAS também e imagem relacionada à primeira letra do nome de determinado objeto, porém percebemos o pouco suporte que a escola obtém como um todo.

Em seguida fomos até a diretoria da escola conversar com a diretora e fizemos o levantamento das informações do questionário, ela apenas respondia o que lhe era perguntado sem maior interação.

Na pesquisa pudemos analisar que, segundo a diretora da escola, há profissional especialista em LIBRAS (incluindo em Braille também) para atender aos alunos surdos na sala de AEE.

Segundo o Art. 13 da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, do MEC, as atribuições estabelecidas para o profissional que atua como professor de AEE são:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p. 3).

Todas essas práticas pedagógicas e didáticas citadas na lei acima devem estabelecer objetivos favoráveis para profissionais e alunos. No entanto, a diretora aponta que as formações continuadas proporcionadas pelo município são escassas e sempre voltadas para a questão da inclusão em geral, sem especificação sobre LIBRAS ou inclusão de surdos. Apontamos aqui a importância do investimento nessas formações para que o trabalho docente desses profissionais seja sempre atual e relacionado à realidade desse público.

Já em relação à professora da sala de AEE, quando questionada sobre a existência de inclusão educacional de estudantes surdos na escola a mesma responde que há, porém:

[...] este ano a Escola Alfredo Coutinho de Moraes não tem aluno surdo no ensino regular. Mas, como são atendimentos por polos tem um aluno de outra escola que tem que vim realizar atendimento aqui. Porém o mesmo não veio ainda, mora na casa de acolhida da cidade (Vide: Questionário 2.)

Segundo a professora, o uso da LIBRAS é uma prática da instituição, além de obter sala de recurso multifuncional com material didático. Além da sua formação em licenciatura em ciências agrárias e especialização em psicopedagogia, a docente está cursando o curso de pedagogia. Acreditamos essa busca por crescimento profissional é de grande valia, em especial, quando acompanhada de maior valorização salarial – uma realidade distante ainda no município de Sapé e no Brasil.

Quando questionada sobre a existência de formação continuada proporcionada pelo município, a professora é mais incisiva que a diretora e esclarece que não há, A partir de seu relato ela afirma:

[...] nós, profissionais, que vamos à procura para nos qualificarmos, às vezes acontecem algumas formações, mas não de maneira contínua, apenas uma ou duas por ano voltadas para o tema inclusão das pessoas com deficiência” (Vide: Questionário 2.)

Voltamos a mencionar e reafirmar a importância de formação continuada e, além disso, a presente necessidade e demanda por parte dos professores em atualizarem seus saberes e práticas.

3.2 Escola B

Ao visitarmos a escola, entramos em contato com a direção e fomos informados sobre onde a sala de AEE estava localizada, uma vez que a escola passa por uma reforma e a mesma ocupa um prédio à parte na cidade de Sapé.

Posteriormente, fomos falar diretamente com a professora Aline, para o levantamento de questões que havíamos elaborado. Ela se mostrou muito compreensiva e disposta a ajudar neste trabalho de pesquisa. Em uma

conversa informal, relatou a situação da sala de AEE que está locada em uma creche em vez de estar junto à escola.

Já com o diretor da escola B João, foi impossibilitada a nossa comunicação presencial, mas enviamos para ele via e-mail o questionário e ele prontamente retornou com as respostas.

O relato do diretor sobre a inclusão educacional de estudantes surdos na escola é de tristeza em relação à prática docente. Segundo ele:

Estamos com três surdos na escola e temos uma intérprete. Porém o que mais me incomoda é o despreparo de alguns professores sobre esta questão. Existem muitos cursos quais os mesmos poderiam fazer, mas alguns já se acomodaram e sempre quando falo colocam dificuldades e dizem que vão fazer e enrolam. Isso dificulta completamente o processo de aprendizagem pois a comunicação é um viés fundamental para emancipação do processo de aprendizagem (Vide: Questionário 3.)

A preocupação do diretor, que afirma obter formação na área de LIBRAS, é relevante, pois além de despreparo, a ausência de atualização afeta diretamente os alunos que necessitam desse preparado para serem incluídos de modo eficiente no campo escolar.

O diretor afirma também que a escola proporciona atendimento especializado a alunos de quatro outras instituições escolares e que a LIBRAS é utilizada.

Quando questionado sobre formações continuadas, afirmou que haverá um Fórum sobre educação inclusiva, no qual vão participar professores, cuidadores e coordenadores. No entanto, não menciona formações específicas para a questão da inclusão de surdos. Ou seja, são formações mais gerais em relação à inclusão.

Em relação à professora da sala de AEE, temos uma divergência de informações. Segundo a docente, não há alunos surdos matriculados na escola. Isso nos levantou alguns questionamentos: Como não há essa comunicação de diretor e professora de AEE de uma mesma instituição de ensino? Alunos que possuem acompanhamento de uma intérprete não frequentam a sala de AEE? Se o diretor menciona despreparo de profissionais para atuação na área, porque não mencionou as capacitações por ela

adquiridas para atuar no cargo que lhe foi concedido como será exposto adiante?

Nos preocupa ver que, nesse ponto pode-se analisar o desinteresse na assistência que esses alunos poderiam ter no horário oposto das suas aulas, na melhoria de suas práticas e socialização de novos aprendizados.

Quanto à utilização da LIBRAS a professora Aline diz que é parcial e aponta como os alunos são prejudicados nesse processo:

Nem todos os profissionais dominam a língua de sinais, havendo assim a necessidade de contratação do profissional intérprete que nem sempre é feito em tempo hábil dificultando o processo de aprendizagem desses alunos (Vide: Questionário 4.)

Além disso, a docente afirma que município disponibiliza apenas três salas de AEE para atender a todos os alunos com deficiência matriculados na rede. A professora também aponta críticas em relação às formações continuadas, obtendo uma nova divergência em relação ao diretor, no qual afirma que não há formação continuadas: “não liberam caso os profissionais queiram fazer os cursos, só conseguem se pagar a outro profissional para substituí-los” (Vide: Questionário 4.)

Compreendemos que, assim como a educação nacional em geral, a educação de surdos e a inclusão da LIBRAS no campo escolar não é uma prioridade. Não vamos nos adentrar aos problemas estruturais de nossa educação, mas acreditamos que é importante mencionar e pontuar que para se transformar a educação, é necessário maior interesse político e mobilização social.

Quanto à formação da professora, como mencionado antes, além da graduação em pedagogia e geografia, a mesma possui especialização em psicopedagogia e atendimento educacional especializado, curso de LIBRAS básico e intérprete de LIBRAS e curso de extensão em atendimento educacional especializado. Importante mencionar também a participação em congressos e simpósios sobre autismo e o atual curso de extensão em andamento em atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades/superdotação.

3.3 Escola C

Entramos em contato com a diretora da escola e fui informada que a sala de AEE está localizada em um dos CREI do município, fomos até o local e conversamos com a professora responsável pela sala. Disponibilizamos o questionário para ela responder, e a mesma disse que entregaria na semana seguinte. Entramos em contato e não obtivemos êxito, nenhuma resposta. A direção da escola informou que não era mais responsável pela escola, pois foi afastada do cargo. A sala de AEE a única que tem atendimento de alunos surdos, em conversa informal com a diretora fomos informados que, o atendimento educacional especializado não tinha sido iniciado ainda, pois a secretaria de educação ainda estava fazendo o levantamento e planejamento para o número de alunos com deficiência matriculados. E, indicou dois alunos que já tiveram atendimento nessa mesma sala em outros momentos, onde fomos nas suas respectivas escolas de ensino regular para realizar o questionário.

Em uma conversa informal, o estudante Francisco, de 10 anos, que cursa o 4º ano do Ensino Fundamental I, em relação à inclusão; exclusão afirma que: “Não há inclusão. A professora tenta amenizar me ajudando como pode. Não me sinto excluído, mas falta um pouco de interação com a turma, por eu não saber me comunicar como eles”. Tal relato nos sensibilizou, pois a interação com os colegas na escola é um dos aspectos mais estimulantes para estudantes desse nível escolar. Percebemos que o sentimento de solidão pode ser um sentimento persistente nos estudantes surdos e que a sensibilidade para esse problema deva ganhar mais força na sociedade em geral.

O estudante afirma que há utilização da LIBRAS na sala de AEE, no entanto no ensino regular ele relata que não há e completa: “A professora usa apenas o que eu ensino para ela, assim nos comunicamos”. Interessante que mesmo muitos professores não obtendo formação em LIBRAS – o que seria ideal – os estudantes, mesmo novos, possibilitam esse aprendizado aos docentes. Isso demonstra que o campo escolar tem suas especificidades em lidar com os problemas cotidianos – o que não é ideal, mas demonstra que

criamos estratégias e saídas para seguir em frente em um país que pouco valoriza a educação.

Além de mencionar isso, o estudante também reafirma a importância de todos aprenderem LIBRAS no âmbito escolar. Essa demanda, de extrema legitimidade, deve ser debatida no âmbito da escola, nas instituições de formação docente e na sociedade em geral. Esperamos que esse trabalho contribuía para isso, para a maior sensibilização sobre a inclusão de surdos na escola.

A outra estudante que conversamos foi Clara, de 11 anos, também do 4º ano. Assim como Francisco, Clara menciona a tentativa de ajuda da docente no processo de ensino-aprendizagem: “A professora tenta me ajudar. Este ano foi enviado um intérprete de LIBRAS, mas para inclusão acontecer todos devem estar envolvidos na ação.

A estudante completa reafirmando como a LIBRAS poderia ser uma disciplina. Acreditamos que tal alternativa é interessante, pois assim todos poderiam aprender e fazer parte do processo de inclusão – dos alunos aos professores, diretores, entre outros.

A partir de nossa pesquisa, concordamos com o pensamento de Silva e Silva (2016, p. 41):

Destaca-se a urgente necessidade de aprofundamento de estudos acerca dessas questões, para auxiliar na compreensão e encaminhamento de propostas que, de fato, venham a modificar o panorama educacional dos alunos surdos. Até o momento, apesar da legislação e do posicionamento favorável de profissionais da área, a inclusão não se concretiza na prática. Tais estudos devem ser ser multidisciplinares, a fim de que sejam conhecidas as aspirações e os impactos nos atores desse processo: alunos e profissionais da escola.

Além da urgência de modificar esse panorama, é necessária uma ação conjunta de todos os atores sociais da escola, bem como de uma sensibilização da sociedade na cobrança e melhoramento da inclusão dos surdos no campo escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSTAS DE MELHORIAS NA UTILIZAÇÃO DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO

Consideramos, de antemão, que garantir o direito de alunos que possuem necessidades educacionais especiais não se limita na formulação de leis, mas de um interesse político e social pela inclusão. É necessário muito mais que um espaço direcionado para esse acompanhamento, mas um amplo investimento em capacitação e remuneração docente, estrutura escolar, planejamento inclusivo, sensibilização social, entre outros.

Algumas considerações devem ser feitas sobre as possíveis melhoras para o uso da LIBRAS na escola a partir da pesquisa e dos dados recolhidos. A professora da A afirma o seguinte:

Primeiramente, seria todos os professores conhecerem a LIBRAS para ao receber os alunos saber comunicar-se com os mesmos. Outro ponto fundamental é o surdo ter o apoio da família para ir à instituição competente para aprender a LIBRAS, pois temos casos que o aluno é surdo mais não sabe se comunicar com a língua por falta desta atenção familiar. Ofertar curso de LIBRAS na rede municipal para os professores, gestores e todos que fazem parte da escola (Vide: Questionário2.)

Esse apontamento é bastante relevante, pois nos últimos anos vem ocorrendo tentativas de atender às demandas das pessoas com deficiência auditiva, como a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS como sistema linguístico da comunidade surda brasileira e o Decreto nº 5.626/2005 que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS na formação docente.

Contudo, a formação inicial nas universidades, por exemplo, ainda não proporciona tempo suficiente para esse profissional estar apto a enfrentar essa realidade escolar. Mesmo havendo bases legais que sejam importantes, há muito a avançar para a formação e prática docente nessa área. Em várias graduações do país é necessário cursar a disciplina de LIBRAS para seguir a grade do currículo das instituições. Porém, uma disciplina de 30 ou 60 horas/aula é insuficiente para adquirir a formação necessária para utilizar ou até mesmo lecionar a partir da LIBRAS (no caso de cursos de licenciatura).

Desse modo, além de focarmos em uma formação inicial mais completa, devemos cobrar dos municípios formações complementares também.

Quanto ao diretor da Escola B, este reafirma alguns aspectos importantes no que podiam melhorar: “Principalmente um curso básico para professores do município, como também remunerações adequadas para os intérpretes e mais materiais adaptados para os surdos”. (Vide: Questionário 3.).

Tal posicionamento é relevante para tratarmos dessa desvalorização docente, pois ao compreendermos as dificuldades envolvidas no campo escolar público – ainda mais em relação à inclusão de surdos – sabemos a importância da valorização docente no que tange boa formação, condições de trabalho e melhoramento salarial. Tais aspectos são tratados e defendidos de maneira pontual no próprio Plano Nacional de Educação (2014-2024) em suas metas 15, 16, 17 e 18 que focam formação inicial e continuada, carreira e remuneração docente. Portanto temos políticas educacionais que buscam a valorização do professor e devemos estar cientes desses avanços.

Além desse aspecto, a professora da Escola B, afirma outros quanto esse melhoramento: “Concurso público para tradutor, intérprete de LIBRAS e professores de LIBRAS, pois muitos alunos não dominam a LIBRAS e com isso só o intérprete não resolve o problema.” (Vide: Questionário 4.).

Tal apontamento é essencial, pois sabemos que a inclusão se faz a partir de vários eixos de ação, é necessário formação docente, ensino de LIBRAS, estrutura escolar, entre outros.

Desse modo, a partir da presente pesquisa, alguns aspectos foram compreendidos em relação à melhorias na utilização da LIBRAS para inclusão dos alunos surdos na escola, como: um curso básico de LIBRAS como alternativa para o avanço na socialização do corpo docente e discente da escola; renumeração adequada para intérpretes; formação continuada para todos os professores da rede pública de ensino; materiais adequados para o atendimento dos alunos; a LIBRAS como disciplina escolar e, talvez, o mais importante: o apoio familiar.

Contudo, consideramos relevante apontar algumas experiências positivas de inserção da LIBRAS na educação para o fortalecimento da inclusão, pois para além de uma diagnose – que se mostrou negativa em Sapé – PB – acreditamos que podemos utilizar bons exemplos para melhorarmos essa situação de descaso com a questão inclusiva dos surdos.

Com sugestão para fonte de pesquisa na internet de escolas modelos no uso da Libras:

Na Escola Estadual Gerson Lopes, na cidade de Rio Grande do Norte, por exemplo, foi oferecido um curso de noções de LIBRAS não apenas aos alunos das escolas, mas a toda comunidade local. A experiência obteve êxito através de oficina de teatro com apresentação em uma peça teatral em praça pública da cidade, contando com a participação de uma intérprete. Nesse caso, percebemos como a LIBRAS pode ser incluída e valorizada a partir de várias disciplinas¹.

No caso da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito, em Taguatinga – DF, foi criada uma metodologia para crianças e adolescentes surdos que tem como língua materna a LIBRAS. Com o intuito de fazer com que os alunos aprendam a gramática de português facilmente e com clareza. E na vertente dessa metodologia os alunos ouvintes aprenderam LIBRAS. Guiado por um projeto político inovador desde 2013, o mesmo tem o lema: “O que é bom para o surdo é bom para o ouvinte”. Nas salas de aula há alunos ouvintes para aquisição de conhecimentos o que, segundo a família, melhora a comunicação com parentes e amigos surdos².

Já na Escola Estadual Roldão Lopes de Barro, em São Paulo, foi desenvolvido um projeto multidisciplinar nas áreas de cinema, literatura e LIBRAS na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) após perceberem a dificuldade de oito alunos (as) surdos (as) da turma que apresentavam

¹ Disponível em: <<http://www.surdosol.com.br/escola-gerson-lopes-expoe-experiencia-exitosa-com-curso-de-libras/>> Acessado 05 jun. 18.

² Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/01/escola-do-df-inova-em-metodologia-de-ensino-bilingue-para-estudantes-surdos>> Acessado em: 05 jun. 18

dificuldades para se expressar em LIBRAS e escrever em português. De início, apostaram na leitura do livro “A moreninha” do escritor Joaquim Manuel de Macedo e depois na exibição do filme “A moreninha”. A partir disso, estudaram o significado das palavras que os alunos não sabiam, traduziram para LIBRAS e a partir disto criaram uma peça teatral com os alunos. A professora recontou, assim, a história toda em LIBRAS para a turma. A apresentação da versão final da peça foi realizada em um museu local e tal experiência ampliou o vocabulário dos alunos na significação de palavras e sinais. Ações como essa focam uma verdade inclusão dos surdos, demonstrando que é possível, de modo dinâmico, criar novas possibilidades³.

Outro aspecto de suma importância ocorre no próprio município de Sapé. O Instituto Educ, escola particular na cidade, tem como disciplina a LIBRAS do 2º ao 9º ano. A professora de chama Leonarda Cavalcanti, formada em Tradutor Intérprete de Libras pela FUNAD (Fundação de Apoio ao Deficiente). A disciplina envolve noções básicas de LIBRAS com a interdisciplinaridade de outras disciplinas através de apresentações teatrais e musicais, promovendo a socialização e conscientização da inclusão de pessoas surdas na sociedade.

Vale ressaltar aqui sobre a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – (FUNAD) que é um Órgão do Governo do Estado da Paraíba, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, referência no Serviço de Habilitação e Reabilitação nas quatro áreas da deficiência – CER IV (física, intelectual, visual e auditiva), em todo o Estado da Paraíba, onde as pessoas com deficiência são atendidas por uma equipe multidisciplinar.

A Instituição vem implementando políticas, programas e serviços nas áreas de saúde, inclusão social e educação, voltados para as pessoas com deficiência, promovendo uma melhor qualidade de vida, bem estar social e cidadania. Atende as pessoas de todas as idades com deficiência temporária ou permanente: intelectual, visual, auditiva, física, múltipla, acidentados do trânsito, do trabalho, pessoas com transtornos globais do desenvolvimento TEA

³ Disponível em: <<http://diversa.org.br/relatos-de-experiencia/professoras-unem-libras-literatura-cinema-atividades-eja/>> Acessado em: 05 jun. 18.

- Transtorno do Espectro Austista e pessoas com altas habilidades/superdotação.⁴

Os casos acima nos mostram que o resultado de um trabalho elaborado e desenvolvido com competência e comprometimento gera resultados importantes. Tudo que venha a promover a inclusão dos surdos no âmbito escolar tem como ponto de partida a iniciativa política para tal e paralelamente a isto vem: a sensibilidade social, estrutura da escola, capacitação e formação continuada de profissionais e a vertente maior: o apoio familiar no reconhecimento da importância da execução de todo e qualquer projeto pedagógico.

Concluimos que há condições de executar um trabalho exitoso na área de inclusão dos surdos, mas é necessário dar condições estruturais para tal e obter comprometimento de pessoas capacitadas e bem formadas. É preciso o cumprimento das leis e o empenho dos nossos governantes das esferas municipal, estadual e federal na implantação de cada vez mais políticas públicas educacionais para nosso País. Por fim, acredito que este trabalho tenha acrescentado na busca de maneiras para a cidade de Sapé- PB possa ajudar o uso da LIBRAS e a inclusão de pessoas surdas, portanto, enquanto pedagogos sejamos conscientes de promover a ação de políticas pedagógicas para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na nossa educação.

⁴ Disponível em: <<https://funad.pb.gov.br/a-funad>> Acessado em 10 jun. 18

REFERÊNCIAS

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial.

CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal**. Lisboa: Surd'Universo. 2007.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

GOLDFELD, Márcia. Surdez. In: Goldfeld, Márcia. *Fundamentos em fonoaudiologia: linguagem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p.97-112. 2003.

PADDEN, Carol; HUMPRIES, Tom. **Deaf in America: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University. 1996.

PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. **Sordomudez**. Barcelona: Científico-Médica. 1978.

ROCHA, Solange Maria da. **Tensões atuais no campo da educação de surdos: escola para todos ou escola para surdos – contribuições para um possível diálogo**. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.20-24. 2005.

SILVA, Carine Mendes; Daniele Nunes Henrique, SILVA. **Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?** *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 20, Número 1, Janeiro/Abril de 2016: 33-43.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação dos surdos no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Edusf. 1999.

<http://www.surdosol.com.br/escola-gerson-lopes-expoe-experiencia-exitosa-com-curso-de-Libras>

<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/01/escola-do-df-inova-em-metodologia-de-ensino-bilingue-para-estudantes-surdos>

<http://diversa.org.br/relatos-de-experiencia/professoras-unem-Libras-literatura-cinema-atividades-eja/>

<https://funad.pb.gov.br/a-funad.br>

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO 1
QUESTIONÁRIO PARA PROFISSIONAIS E DIREÇÃO:

Escola A

Cargo: Diretora

Nome: Cristina

Perguntas:

1. Ocorre a inclusão educacional de estudantes surdos na escola?

R- Sim.

2. Quantos são incluídos?

R- Nenhum.

3. A utilização da LIBRAS é uma prática na instituição?

R- Sim. Na sala de AEE.

4. Existe um atendimento especializado para esses estudantes?

R- Sim, a professora ensina aos alunos a LIBRAS.

5. Qual a formação dos profissionais que participam desse atendimento?

R- Curso para atuar na sala de AEE, Curso de LIBRAS, Braille e ela faz cursos sempre que pode para se especializar.

6. A Secretaria da Educação do município fornece formação continuada para estes profissionais?

R- Muito pouco. Sempre voltado para a Inclusão no geral.

7. O que poderia melhorar para a utilização da LIBRAS na escola e inclusão desses estudantes?

R- Incluir a LIBRAS em todas as salas regulares, para todos os alunos aprenderem e assim acontecer a inclusão dos surdos.

QUESTIONÁRIO 2
QUESTÕES PARA PROFISSIONAIS E DIREÇÃO:

Escola A.

Cargo: Professora da Sala de AEE.

Nome: Cláudia

Perguntas:

1. Ocorre a inclusão educacional de estudantes surdos na escola?

R- Sim, porém este ano a Escola Alfredo Coutinho de Moraes não tem aluno surdo no ensino regular, mas como são atendimentos por polos tem um aluno de outra escola que tem que vir realizar atendimento aqui. Porém o mesmo não veio ainda, mora na casa de acolhida da cidade.

2. Quantos são incluídos?

R- 1 aluno. (Aluno com outra deficiência)

3. A utilização da LIBRAS é uma prática na instituição?

R- Sim.

4. Existe um atendimento especializado para esses estudantes?

R- Sim, dispomos da sala de recurso multifuncional onde temos materiais didáticos em LIBRAS e também as instruções realizadas pela professora.

5. Qual a formação dos profissionais que participam desse atendimento?

R- Eu, como professora de AEE, tenho curso de LIBRAS, buscando competências para incluir, curso para atuar na sala de AEE (realizados na FUNAD), Braille (pelo instituto dos cegos), Especialização em Psicopedagogia, Licenciatura em Ciências Agrárias e atualmente cursando Pedagogia.

6. A Secretaria de Educação do município fornece formação continuada para estes profissionais?

R- Não. Nós, profissionais, que vamos à procura para nos qualificarmos, às vezes acontecem algumas formações, mas não de maneira contínua, apenas uma ou duas ao ano voltada para o tema inclusão das pessoas com deficiência.

7. O que poderia melhorar para a utilização da LIBRAS na escola e inclusão desses estudantes?

R- Primeiramente seria todos os professores conhecerem a LIBRAS para ao receber os alunos saber comunicar-se com os mesmos. Outro ponto fundamental é o surdo ter o apoio da família para irem a instituição competente para aprender a LIBRAS, pois temos casos que o aluno é surdo mais não sabe se comunicar com a língua por falta desta atenção familiar. E ofertar curso de LIBRAS na rede municipal para os professores, gestores e todos que fazem parte da escola.

QUESTIONÁRIO 3
QUESTIONÁRIO PARA PROFISSIONAIS E DIREÇÃO:

Escola B

Cargo: Diretor

Nome: João

Perguntas:

1. Ocorre a inclusão educacional de estudantes surdos na escola?

R- Atualmente, sim. Estamos com três surdos na escola e temos uma intérprete. Porém o que mais me incomoda é o despreparo de alguns professores sobre esta questão. Existem muitos cursos quais os mesmos poderiam fazer, mas alguns já se acomodaram e sempre quando falo colocam dificuldades e dizem que vão fazer e enrolam. Isso dificulta completamente o processo de aprendizagem pois a comunicação é um viés fundamental para emancipação do processo de aprendizagem.

2. Quantos são incluídos?

R- São três surdos incluídos.

3. A utilização da LIBRAS é uma prática na instituição?

R- Sim. A intérprete e eu como gestor estou sempre me atualizando, possuo formações sobre LIBRAS e já tenho alguns cursos.

4. Existe um atendimento especializado para esses estudantes?

R- Sim. A Escola é um dos polos de atendimento AEE e não atende só os alunos da escola, mas também de outras escolas. Ao todo são 4 escolas que buscam serviços especializados.

5. Qual a formação dos profissionais que participam desse atendimento?

R- Curso de AEE, curso de educação especial- FUNAD, intérprete de Libras-FUNAD.

6. A Secretaria da Educação do município fornece formação continuada para estes profissionais?

R- Sim. Teremos agora uma formação que será um Fórum sobre Educação Inclusiva onde irão participar cuidadores, professores e coordenadores que possuem alunos com deficiência ou algum transtornos de aprendizagem.

7. O que poderia melhorar para a utilização da LIBRAS na escola e inclusão desses estudantes?

R- Muitas coisas. Principalmente um curso básico para professores do município, como também remunerações adequadas para os intérpretes e mais materiais adaptados para os surdos.

QUESTIONÁRIO 4
QUESTÕES PARA PROFISSIONAIS E DIREÇÃO:

Escola B

Cargo: Professora da Sala de AEE.

Nome: Aline

Perguntas:

1. Ocorre a inclusão educacional de estudantes surdos na escola?

R- Esse ano não tivemos matrícula de alunos surdo na instituição de ensino.

2. Quantos são incluídos?

R- Esse ano nenhum aluno matriculado.

3. A utilização da LIBRAS é uma prática na instituição?

R- Parcialmente, pois nem todos os profissionais dominam a língua de sinais, havendo assim a necessidade de contratação do profissional intérprete que nem sempre é feito em tempo hábil, dificultando o processo de aprendizagem desses alunos.

4. Existe um atendimento especializado para esses estudantes?

R- O município dispõe apenas de três salas de AEE para atender todos os alunos com deficiências matriculados na rede municipal.

5. Qual a formação dos profissionais que participam desse atendimento?

R- Graduada em Pedagogia e Geografia com Especialização em Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado, curso de LIBRAS básico e Interprete de LIBRAS, Curso de Extensão em Atendimento Educacional Especializado, Participação em congressos e simpósios sobre Autismo. Atualmente aluna do Curso de Extensão Atendimento Educacional Especializado Para Alunos Com Altas Habilidades/Superdotação.

6. A Secretaria da Educação do município fornece formação continuada para estes profissionais?

R- Não. E também não liberam caso os profissionais queiram fazer os cursos, só conseguem se pagar a outro profissional para substituí-los.

7. O que poderia melhorar para a utilização da LIBRAS na escola e inclusão desses estudantes?

R- Concurso público para tradutor intérprete de LIBRAS e professores de LIBRAS, pois muitos alunos não dominam tal língua e com isso só o intérprete não resolve o problema.